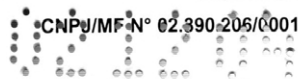




COMPANHIA ABERTA

CNPJ/MF Nº 02.390.205/0001-09 NIRE Nº 35.300.152.603



ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

REALIZADA EM 26 DE NOVEMBRO DE 2004

- I. **DATA, HORA E LOCAL DA ASSEMBLÉIA:** Às 10:00 horas do dia 26 de novembro de 2004, na sede social da Companhia, à Av. Dr. Chucri Zaidan, 920, 16º andar, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.
- II. **QUORUM:** Presentes acionistas representando a totalidade do capital social.
- III. **CONVOCAÇÃO:** Dispensada na forma do parágrafo 4º do Art. 124 da Lei nº 6.404/76.
- IV. **MESA:** Presidente: Sr. Carlos Francisco Ribeiro Jereissati
Secretário: Sr. Aparecido Carlos Correia Galdino
- V. **ORDEM DO DIA:** Ratificar as condições de vencimento antecipado das debêntures de segunda emissão da Companhia estabelecida na "Escritura Particular de Emissão Pública de Debêntures Não Conversíveis e com Garantia Real e Fidejussória da Segunda Emissão de LF Tel S.A." ("Escritura de Emissão").
- VI. **DELIBERAÇÃO:** Após discussão e votação, os acionistas presentes decidiram, por unanimidade, ratificar as seguintes condições de vencimento antecipado das debêntures de segunda emissão da Companhia (doravante designada "Emissora"), em cumprimento à exigência formulada pela Comissão de Valores Mobiliários:
- (A) Vencimento antecipado automático: Observado o disposto no item "D" abaixo e sem prejuízo das demais hipóteses previstas em lei, as debêntures tornar-se-ão automaticamente vencidas, independentemente de aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial, podendo ser exigido o pagamento, pela Emissora, do saldo do valor nominal, acrescido da remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a data de emissão ou a data do último pagamento da remuneração, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento (e, no caso do inciso I abaixo, dos encargos moratórios, de acordo com o previsto no item "D" abaixo e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos da Escritura de Emissão, na ocorrência de qualquer dos seguintes eventos:
- I. não pagamento, pela Emissora, das amortizações, do saldo do valor nominal, da remuneração ou de quaisquer outros valores devidos aos debenturistas nas datas previstas na Escritura de Emissão, não sanado no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data de vencimento original;
- II. (a) decretação de falência da Emissora, de qualquer das Fiadoras (conforme definido na Escritura de Emissão), da Telemar Participações S.A. ("Telemar Participações"), da Tele Norte Leste Participações S.A. ("TNL"), da Telemar Norte Leste S.A. ("TMAR") e/ou de qualquer de suas controladas prestadoras de serviço telefônico fixo comutado; ou (b) dissolução e/ou liquidação da Emissora, ressalvado o disposto no artigo 231 da Lei nº 6.404/76, de qualquer das Fiadoras, da Telemar Participações, da TNL, da TMAR e/ou de qualquer de suas controladas prestadoras de serviço telefônico fixo comutado, ressalvado o disposto no inciso VIII do item "B" abaixo; ou (c) pedido de concordata preventiva ou falência

formulado pela Emissora, por qualquer das Fiadoras, pela Telemar Participações, pela TNL, pela TMAR e/ou por qualquer de suas controladas prestadoras de serviço telefônico fixo comutado (ou, relativamente a qualquer um dos casos deste inciso, qualquer procedimento judicial análogo previsto na legislação que substituirá ou complementará a atual legislação sobre falências e concordatas); ou

- III. pagamento, pela Emissora, de dividendos, exceto os obrigatórios por lei, juros sobre capital próprio ou qualquer outra participação estatutária em lucros, se estiver em mora relativamente ao pagamento de quaisquer valores referentes às debêntures.

(B) Vencimento antecipado sujeito à deliberação dos debenturistas: Observado o disposto nos itens "C" e "D" abaixo, o agente fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações objeto da Escritura de Emissão e exigir o pagamento, pela Emissora, do saldo do valor nominal, acrescido da remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a data de emissão ou a data do último pagamento da remuneração, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos da Escritura de Emissão, na ocorrência de quaisquer dos seguintes eventos:

- I. não cumprimento, pela Emissora, de toda e qualquer obrigação não pecuniária prevista na Escritura de Emissão, salvo se (a) o descumprimento tiver sido sanado no prazo de 30 (trinta) dias contados da data de recebimento, pela Emissora, de notificação neste sentido, enviada pelo agente fiduciário por meio de carta com protocolo ou aviso de recebimento; ou (b) cumulativamente, o descumprimento (i) tiver sido justificado no mesmo prazo a que se refere a alínea (a) acima; e (ii) não resultar, a qualquer tempo, no rebaixamento da classificação de risco (*rating*) da emissão das debêntures fixada para os fins da emissão das debêntures e constante do anúncio de início de distribuição das debêntures ou em uma classificação de risco (*rating*) corporativo da Emissora, inferior a brBBB- em escala nacional, conforme determinado pelas agências de classificação de risco Standard & Poor's e Fitch, sendo certo que o prazo previsto neste inciso não se aplica a qualquer outro inciso desta ata ou a qualquer outra hipótese de inadimplemento prevista expressamente nos demais incisos dos itens desta ata;
- II. não cumprimento, pela Emissora, de toda e qualquer obrigação prevista no Contrato de Penhor (conforme definido na Escritura de Emissão), não sanada em 30 (trinta) dias contados da data de recebimento, pela Emissora, de notificação neste sentido, enviada pelo agente fiduciário por meio de carta com protocolo ou aviso de recebimento, sendo certo que o prazo de cura previsto neste inciso não se aplica (a) à obrigação de manutenção do Limite Mínimo (conforme previsto na Escritura de Emissão); ou (b) a qualquer cláusula ou a qualquer outra hipótese prevista no Contrato de Penhor cujo inadimplemento tenha outro prazo estabelecido para ser sanado;
- III. o Contrato de Penhor (incluindo seus aditamentos) (a) não for constituído nos termos da lei e das Cláusulas 1ª, 2ª e 3ª do Contrato de Penhor; (b) for anulado; ou (c) de qualquer forma, deixar de existir ou for rescindido;
- IV. realização, pela Emissora, de operação, negócio ou atividade não contemplado em seu objeto social que resulte, a qualquer tempo, (i) no rebaixamento da classificação de risco (*rating*) da emissão das debêntures fixada para os fins da emissão das debêntures e

constante do anúncio de início de distribuição das debêntures além de 2 (dois) níveis de classificação (*notchs*); ou (ii) em uma classificação de risco (*rating*) corporativo da Emissora, inferior a ~~BBB~~ em escala nacional, conforme determinado pelas agências de classificação de risco Standard & Poor's e Fitch;

- V. mudança do objeto social da Emissora na qual acionistas exerçam seu direito de recesso;
- VI. aquisição do controle acionário de sociedades que resultem na alteração do objeto principal da Emissora;
- VII. as declarações previstas nas Cláusulas 10.1 e/ou 10.2 da Escritura de Emissão provarem-se falsas, enganosas em qualquer aspecto relevante;
- VIII. caso (a) o controle, direto ou indireto, da Emissora detido pelos seus atuais controladores seja alterado (de forma que os atuais controladores percam o controle), alienado ou transferido; (b) o controle, direto ou indireto, de qualquer das Fiadoras detido pelos seus atuais controladores seja alterado (de forma que os atuais controladores percam o controle), alienado ou transferido; (c) a participação da Emissora na Telemar Participações seja reduzida a quantidade igual ou inferior a 10% (dez por cento) das ações ordinárias nominativas; (d) o controle da TNL detido pela Telemar Participações seja alterado (de forma que a Telemar perca o controle), alienado ou transferido; (e) o controle da TMAR detido pela TNL seja alterado (de forma que a TNL perca o controle), alienado ou transferido; (f) o controle de qualquer das prestadoras de serviço telefônico fixo comutado detido pela TMAR seja alterado (de forma que a TMAR perca o controle), alienado ou transferido. Para os fins deste inciso, "controle" significa 50% (cinquenta por cento) mais um das ações com direito a voto de emissão da companhia em questão. Fica desde já ressalvado que o disposto neste inciso não se aplica às hipóteses de reorganizações societárias entre duas ou mais das seguintes empresas ou entre uma das seguintes empresas e uma sociedade cuja totalidade do capital social seja de titularidade de quaisquer das seguintes empresas: Telemar Participações, TNL, e TMAR e suas controladas, que não alterem o percentual de participação da Emissora (10% (dez por cento) das ações ordinárias nominativas de emissão da Telemar Participações) em companhia que detenha o controle, direto ou indireto, da concessionária prestadora de serviço telefônico fixo comutado na região I a que se refere o Plano Geral de Outorgas aprovado pelo Decreto n.º 2.534, de 2 de abril de 1998;
- IX. perda, pela TMAR, da concessão para a prestação de serviço telefônico fixo comutado, representando uma redução superior a 20% (vinte por cento) do faturamento consolidado da TNL;
- X. mudança da política de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outra forma de participação nos lucros da Telemar Participações, da TNL e/ou da TMAR que afete, de maneira significativa e adversa, a capacidade de pagamento da Emissora;
- XI. alienação, por qualquer das Fiadoras, de ativos cujo valor, agregado nos 12 (doze) meses imediatamente anteriores ou individual, seja superior a 25% (vinte e cinco por cento) do patrimônio líquido da respectiva Fiadora na data da respectiva alienação;
- XII. vencimento antecipado de qualquer dívida (a) da Emissora, cujo valor, unitário ou agregado, seja igual ou superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), atualizado anualmente, a partir da data de emissão, pelo Índice Geral de Preços – Mercado, divulgado pela Fundação

Getúlio Vargas ("IGPM") (ou seu contravalor em outras moedas); e/ou (b) de qualquer das Fiadoras cujo valor, unitário ou agregado, seja igual ou superior a R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais), atualizado anualmente, a partir da data de emissão, pelo IGPM (ou seu contravalor em outras moedas);

- XIII. falta de pagamento, (a) pela Emissora, de quaisquer dívidas líquidas, certas e exigíveis, como e quando tal dívida venha a vencer, observado qualquer período de carência aplicável, cujo valor, unitário ou agregado, seja igual ou superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), atualizado anualmente, a partir da data de emissão, pelo IGPM (ou seu contravalor em outras moedas), não regularizado em até 30 (trinta) dias, a contar do inadimplemento da obrigação; e/ou (b) por qualquer das Fiadoras, de quaisquer dívidas líquidas, certas e exigíveis, como e quando tal dívida venha a vencer, observado qualquer período de carência aplicável, cujo valor, unitário ou agregado, seja igual ou superior a R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais), atualizado anualmente, a partir da data de emissão, pelo IGPM (ou seu contravalor em outras moedas), não regularizado em até 30 (trinta) dias, a contar do inadimplemento da obrigação;
- XIV. protesto legítimo de títulos contra (a) a Emissora, cujo valor, unitário ou agregado, seja igual ou superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), atualizado anualmente, a partir da data de emissão, pelo IGPM (ou seu contravalor em outras moedas); e/ou (b) qualquer das Fiadoras, cujo valor, unitário ou agregado, seja igual ou superior a R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais), atualizado anualmente, a partir da data de emissão, pelo IGPM (ou seu contravalor em outras moedas); salvo se, em qualquer dos casos deste inciso, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contado da data do protesto, tiver sido comprovado ao agente fiduciário que (i) o protesto foi efetuado por erro ou má-fé de terceiro; (ii) o protesto foi cancelado; ou (iii) o valor do(s) título(s) protestado(s) foi depositado em juízo;
- XV. condenação (a) da Emissora, em qualquer decisão ou sentença judicial transitada em julgado, ou conjunto de decisões ou sentenças judiciais transitadas em julgado, cujo valor, unitário ou agregado, seja igual ou superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), atualizado anualmente, a partir da data de emissão, pelo IGPM (ou seu contravalor em outras moedas), excluindo depósitos judiciais ou outras medidas adequadas para garantia do juízo; e/ou (b) de qualquer das Fiadoras, em qualquer decisão ou sentença judicial transitada em julgado, ou conjunto de decisões ou sentenças judiciais transitadas em julgado, cujo valor, unitário ou agregado, seja igual ou superior a R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais), atualizado anualmente, a partir da data de emissão, pelo IGPM (ou seu contravalor em outras moedas), excluindo depósitos judiciais ou outras medidas adequadas para garantia do juízo;
- XVI. falta de enquadramento da Emissora, ao final de cada trimestre de seu exercício social em que existirem debêntures em circulação, dentro dos seguintes índices e limites financeiros, a serem apurados com base nas demonstrações financeiras da Emissora, considerando-se os números da controladora, preparadas e entregues pela Emissora ao agente fiduciário de acordo com o disposto nas alíneas (a) e (b) do inciso I da Cláusula 7.1 da Escritura de Emissão:

- (a) a razão entre Dívida Líquida e Patrimônio Líquido igual ou inferior a (i) 0,3 (três décimos) ao final de cada trimestre civil até o último trimestre civil de 2007; (ii) 0,25 (vinte e cinco centésimos) ao final de cada trimestre civil de 2008; e (iii) 0,2 (dois décimos) ao final de cada trimestre civil entre 2009 e a data de vencimento; e
- (b) Dívida Líquida igual ou inferior a R\$150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais), neste valor já incluídas as obrigações decorrentes da escritura de emissão, atualizado anualmente, a partir da data de emissão, pelo IGPM, ao final de cada trimestre civil até a data de vencimento; ou

XVII. falta de enquadramento das Fiadoras, ao final de cada trimestre de seu exercício social até a data de vencimento, dentro dos seguintes índices e limites financeiros, a serem apurados com base nas demonstrações financeiras das fiadoras, preparadas e entregues pelas fiadoras ao agente fiduciário de acordo com o disposto nos incisos I e II da Cláusula 7.2 da Escritura de Emissão, no caso da Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A., ou nos incisos I e II da Cláusula 7.3 da Escritura de Emissão, no caso da La Fonte Participações S.A.:

- (a) Dívida Líquida da Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A. igual ou inferior a 40% (quarenta por cento) do seu Patrimônio Líquido, considerando-se os números consolidados; e
- (b) Dívida Líquida da La Fonte Participações S.A. igual ou inferior a 30% (trinta por cento) do seu Patrimônio Líquido, considerando-se os números da controladora.

Para os fins da Escritura de Emissão, aplicar-se-ão as seguintes definições:

"Patrimônio Líquido" é o valor indicado na conta com esta denominação nas demonstrações financeiras padronizadas encaminhadas à CVM, ou, no caso da Iguatemi, nas demonstrações financeiras encaminhadas ao Agente Fiduciário.

"Dívida Líquida" é o passivo com instituições financeiras, acrescido de títulos e valores mobiliários representativos de dívida emitidos e confissão de dívidas junto a entidades de previdência privada, subtraindo-se as disponibilidades (caixa, bancos, aplicações de liquidez imediata e títulos e valores mobiliários).

(C) Ocorrendo quaisquer dos eventos previstos no item "B" acima, o agente fiduciário deverá, inclusive para fins do disposto na Cláusula 8.7.1 da Escritura de Emissão, convocar, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados da data em que for constatada sua ocorrência, assembleia de debenturistas, a realizar-se no prazo mínimo previsto em lei. Se, na referida assembleia de debenturistas, os debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das debêntures em circulação, decidirem por não considerar o vencimento antecipado das debêntures, o agente fiduciário não deverá declarar o vencimento antecipado das debêntures; caso contrário, ou em caso de não instalação, em segunda convocação, da referida assembleia de debenturistas, o agente fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das debêntures.

(D) Na ocorrência da declaração do vencimento antecipado das debêntures, nos termos dos itens "A" e "C" acima, e sem prejuízo de qualquer outra medida prevista na Escritura de Emissão e no contrato de penhor, incluindo a execução, judicial ou extrajudicial, da Fiança e/ou a excussão, judicial ou, conforme previsto no Contrato de Penhor, extrajudicial, do penhor, a Emissora obriga-se a efetuar

JUCESP

o pagamento do saldo do valor nominal, acrescido da remuneração (e, no caso do inciso I do item "A" acima, dos encargos moratórios, calculados a partir da data em que tais pagamentos deveriam ter sido efetuados), calculada *pro rata temporis* desde a data de emissão ou a data do último pagamento da remuneração até a data de seu efetivo pagamento e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos da Escritura de Emissão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados de notificação por meio de carta com protocolo ou aviso de recebimento comunicando o vencimento antecipado, indicando expressamente o evento de vencimento antecipado que levou à sua declaração e solicitando o pagamento a que se refere este item, enviada pelo agente fiduciário à Emissora, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos encargos moratórios.

VII. ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, deram por encerrada a Assembléia, tendo-se antes feito lavrar a presente Ata que, lida e achada conforme, vai devidamente assinada pelos acionistas presentes que, finalmente, autorizaram sua publicação com omissão das assinaturas.

VII. ASSINATURAS: Carlos Francisco Ribeiro Jereissati Aparecido Carlos Correia Galdino
Presidente Secretário

VIII. AÇIONISTAS:

p/ **LA FONTE TELECOM S/A**
p/ **SOCIEDADE FIDUCIÁRIA BRASILEIRA – SERVIÇOS,**
NEGÓCIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.
Sr. Carlos Francisco Ribeiro Jereissati

CARLOS FRANCISCO RIBEIRO JEREISSATI

SERGIO BERNSTEIN

p/ **KRILL – FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES**
BMC Asset Management DTVM Ltda.
Sr. Roberto Alexandre de Alencar Araripe Quilelli Correa
Gestor

A presente é cópia fiel da Ata Sumária da Assembléia Geral Extraordinária da LF TEL S.A., realizada em 26 de novembro de 2004, lavrada em livro próprio.

Aparecido Carlos Correia Galdino - Secretário

